



PRAIA CULTURAL
**Investir na
 educação
 e cultura
 rumo
 à integração**

página 3



TIAGO PARREIRA
**Campos
 de padel
 atraem
 praticantes
 na Terceira**

página 6



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 37 . agosto/2021 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
 Fundo Europeu Agrícola
 de Desenvolvimento Rural
 A Europa investe nos espaços rurais



POLÍTICAS **AGRÍCOLAS** **TÊM DE SER** **EFICAZES**

páginas 4 e 5

Francisco Avillez, coordenador da AGRO.GES,
 defende eficácia dos instrumentos
 públicos na próxima década para
 que se produza mais e melhor.



ANTÓNIO SIMÕES
Vice-presidente do Conselho
de Administração da GRATER

EDITORIAL

Aqui está a 37ª edição da revista Olhar o Mundo Rural, que apresentamos em plena época de verão – época marcada pelas limitações nas atividades e festividades, infelizmente, ainda que com o avançar da vacinação já se comece a observar uma ligeira retoma da economia e uma certa normalidade.

É com grande expectativa que se aguarda pela divulgação/aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que virá colmatar as dificuldades registadas em 2020 e em 2021 e, assim, impulsionar também uma nova normalização. Há que aproveitar estas medidas por forma a reestruturar as nossas ilhas e, ao mesmo tempo, adaptá-las aos desafios que se avizinham. Tem sido uma época de constantes adaptações que priorizam a reinvenção e a resiliência.

Nesta edição vamos falar sobre uma modalidade desportiva que surge com impacto e projeção, o padel. Esta modalidade, com grande desenvolvimento aos níveis nacional e internacional, também já pode ser praticada na ilha Terceira, através de um projeto levado a cabo por Tiago Parreira.

Na ilha Graciosa, na freguesia de Guadalupe, foram também criadas as condições, no Jardim Tomás da Cunha Picão, para as práticas sociais, culturais e recreativas, fazendo homenagear a vontade de alguém que, durante muitos anos, serviu aquela localidade.

Nesta edição, vamos ainda entrevistar o professor Francisco Avilez, licenciado em Engenharia Agronómica e fundador da AGRO.GES, empresa de estudos e projetos nas áreas de desenvolvimento agrícola e rural.

Numa altura em que se fala tanto em sustentabilidade e na pegada de carbono, o professor João Madruga irá continuar a desenvolver a temática da gestão dos solos, recurso fundamental para uma agricultura sustentável.

OPINIÃO

Como se formam os solos



JOÃO MADRUGA
Diretor do Instituto da Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente

Os solos devem ser encarados, pela humanidade, como um recurso tão importante como a água que consome ou o ar que respira.

Os solos formam-se a partir da decomposição das rochas, ou seja, por processos de meteorização da chamada rocha-mãe.

De uma maneira simplista, poderemos dizer que no início se observa uma meteorização da rocha-mãe (este processo é muito variável, como variáveis são as características/propriedades da rocha-mãe) ao que se segue um processo de colonização pela vegetação, com a correspondente acumulação de material orgânico sobre o solo recém-formado. A maior ou menor quantidade de material orgânico que se deposita depende, essencialmente, das condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento de vegetação. Este material orgânico decompõe-se devido à ação de microrganismos, contribuindo para o enriquecimento dos solos e para a formação dos vários horizontes. Muitas vezes, na nossa qualidade de viajantes, temos a felicidade de encontrar barreiras recentemente expostas quer em arranjos em estradas, quer na abertura de alicerces para a construção de habitações ou de equipamentos. Quão belo é observar, com a devida atenção, a sequência de camadas, muitas vezes com tonalidades e espessuras diferentes, ao que se associam, também, diferentes propriedades. Durante esta nossa viagem exploratória sobre a formação dos solos poderemos ter o privilégio de encontrar um solo muito evoluído onde se observam vários horizontes ou, noutras situações, solos menos evoluídos onde a beleza cromática não se evidencia.

Num solo evoluído e em ambientes estáveis

podemos observar uma camada composta por material orgânico em decomposição sobreposta ao material mineral evoluído. Se tal encontrarmos, poderemos admitir que tivemos a felicidade de observar um Horizonte O (horizonte orgânico). São horizontes biológica e quimicamente muito importantes no processo de evolução dos solos.

Acontece, porém, que nem sempre temos tal felicidade – é mais comum um horizonte mineral mais próximo da superfície, com uma relativa presença de raízes e de matéria orgânica, o que lhe confere uma cor mais escura. Estamos, então, a observar um Horizonte A. São camadas muito importantes em termos de potencialidade produtiva, variando a sua espessura de uns escassos 4-5 centímetros até valores superiores de 25-30 centímetros. Por poderem conter teores acentuados em matéria orgânica (é frequente em pastagens encontrarmos teores entre os 8 e os 10%), são biologicamente muito ativos.

Sob o Horizonte encontramos, geralmente, o Horizonte B, que pode ter dois tipos de géneses, ou seja, pode formar-se na sequência de dois processos distintos. Um, a formação in situ – a rocha-mãe, como resultado dos processos de meteorização, vai alterando a sua estrutura e, com o evoluir do tempo (dependendo das condições ambientais, são necessários cerca de 400 anos para se formar 1 centímetro de solo) no seu lugar surge esse corpo natural a que chamamos solo; outro, pelo contrário, surge na sequência de processos de acumulação de materiais provenientes do Horizonte O e Horizonta A, designando-se, neste caso, por horizonte de acumulação, caracterizado por grande presença de minerais e baixo teor de material orgânico.

É normal encontrar-se, sob o Horizonte B, uma camada formada por fragmentos da rocha-mãe, pouco alterada. Trata-se do Horizonte C. Muitas vezes, ainda, encontramos a presença de rocha consolidada e, neste caso, o Horizonte será R.

Num solo evoluído, toda esta sequência de horizontes é observável, o que não se verifica em solos incipientes, ou seja, solos muito jovens.



ESPAÇO ASSOCIADO

PRAIA CULTURAL, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO

Crescer pela educação e pela cultura

Estão sob alçada da Praia Cultural três áreas fundamentais no concelho: a cultura, a educação e a ação social. Há, segundo a cooperativa de interesse público, uma clara ligação entre todas. Aqui defende-se o progresso através do saber.

Para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, cultura, educação e ação social são áreas tão importantes que merecem um organismo que se dedique inteiramente ao seu desenvolvimento no concelho. Carlos Armando Costa, presidente da direção da cooperativa de interesse público, di-lo sem meias palavras: só assim é possível gerir com total atenção e dedicação estes setores que são, no fundo, forças motrizes da vida no município.

Valendo-se de contratos-programa celebrados com a autarquia, e de quadros técnicos especializados, a Praia Cultural implementa, nas onze freguesias que compõem o concelho, as políticas que norteiam a estratégia da Câmara Municipal da Praia da Vitória nestas três grandes áreas. O plano, avança o responsável, é de médio/longo prazo e interliga todos aqueles setores. “O nosso projeto é, sobretudo, de construção educativa e social. Pretendemos que a população seja cada vez mais culta, tenha mais e melhor formação, porque é assim que entendemos o progresso de cada um. Um povo com cultura vai



FOTOGRAFIA CMPV

ter mais hipóteses de singrar no futuro. E isto não são planos que se concretizem de um dia para o outro”, explica Carlos Armando Costa.

A organização das Festas da Praia, a face mais visível da atuação da Praia Cultural, acaba por ser, portanto, uma ínfima parte de todo o trabalho desenvolvido pela cooperativa de interesse público. O organismo é também responsável pela programação da Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira e do Auditório do Ramo Grande, mas nem só de programação se faz a vida cultural no concelho. Na verdade, avança, a preocupação da Praia Cultural é, sobretudo, criar públicos – promover nos praienses o gosto pela cultura, a vontade e o costume de consumi-la. E começam a ver-se,

já, algumas mudanças. “Sentimos diferença nessa habitação, na criação de ambientes culturais, mas sabemos que ainda há trabalho a fazer – sobretudo nesse passo em frente, que é fundamental: permitir, através da criação de hábitos culturais, uma maior integração social. Queremos, assim, chegar a todos”, explica.

É neste contexto, também, que Carlos Armando Costa avalia a relação com a GRATER. A cooperativa, diz, não pode dissociar os seus objetivos da meta do desenvolvimento rural. “O desenvolvimento rural não se faz só com obras: faz-se com a evolução das pessoas pela educação e pela cultura. Estamos ligados, precisamente, por isso”, sustenta.

Para além de associada da GRATER, a Praia Cultural – e a Câ-

mara Municipal da Praia da Vitória – já beneficiaram também dos apoios geridos pela GRATER e têm, ainda, iniciativas em curso. É o caso de um projeto para apetrechamento da Academia da Juventude e das Artes das Ilha Terceira (em fase de orçamentação) e de outro que pretende recuperar a memória pesqueira no concelho, com a criação de um roteiro e a instalação de painéis explicativos junto ao porto. Concluído está, de resto, o projeto que permitiu a aquisição de material para a prática de atividades náuticas na baía.

Assim se vê, portanto, que o progresso é um desígnio de todos. Na Praia da Vitória o crescimento – e também o desenvolvimento rural – faz-se em parceria e dando prioridade à educação e à cultura.

FOTOGRAFIA CMPV



FOTOGRAFIA CMPV

ENTREVISTA

FRANCISCO AVILLETZ, COORDENADOR DA AGRO.GES

Próxima década vai exigir políticas agrícolas eficazes

Nos próximos dez anos, Portugal vai ter de produzir mais e melhor. Para isso, diz Francisco Avillett, coordenador da AGRO.GES, vão ser precisas políticas eficazes, quer no âmbito do Plano Estratégico da PAC, quer da Agenda da Inovação para a Agricultura Portuguesa.

A AGRO.GES foi criada em 1989 e tem-se distinguido, desde aí, na prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento rural e aos setores agroflorestal e alimentar. Qual é, hoje, a missão desta sociedade de estudos e projetos?

Ao longo dos seus mais de trinta anos de existência, a AGRO.GES desenvolveu um vasto leque de trabalhos para diversas entidades públicas e privadas, tanto nacionais como internacionais, nas áreas da economia agrária, políticas agrícolas, planeamento estratégico das empresas agrícolas, agroindústrias e florestas, avaliações agrícolas e rurais, planos e programas de desenvolvimentos rural, estudos e análises sectoriais, projetos de investimento agrícola, florestal e agroindustrial, implementação de sistemas de referenciais de qualidade e análises de sustentabilidade ambiental, neutralidade carbónica e bioeconomia.

Hoje, como nas últimas décadas, as entidades privadas e públicas que recorrem aos serviços da AGRO.GES esperam que o nosso trabalho se baseie em análises técnicas e socioeconómicas rigorosas e independentes, nas quais possam vir a basear as suas decisões de âmbito empresarial, regional ou nacional, as quais têm vindo a evoluir de um âmbito predominantemente económico para uma crescente preocupação com as questões do ambiente e do clima.

Quais os principais desafios que a agricultura portuguesa terá de enfrentar nas próximas décadas?

Um dos principais desafios a enfrentar pela humanidade nas próximas décadas vai ser o de produzir os alimentos necessários para satisfazer, até 2050, as necessidades de cerca de 10 mil milhões de pessoas, com base em dietas saudáveis e acessíveis a todos, baseadas em sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis. Portugal, tal como a União Europeia, vai ter de, neste contexto, fazer crescer de forma significativa a produção nacional de produtos agrícolas e alimentares de qualidade, desti-



nados aos mercados interno e externo – produção que, sendo capaz de contribuir para o crescimento do valor acrescentado nacional, seja baseada em sistemas e estruturas economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e territorialmente equilibrados.

Dadas as características edafoclimáticas, socioestruturais e técnico-económicas muito diversas da agricultura portuguesa, só será possível, em minha opinião, ultrapassar este desafio se forem criadas as condições político-institucionais capazes de, simultaneamente: promover ganhos crescentes de produtividade económica nos sistemas e estruturas de produção agrícola, capazes de competir no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais e crescentemente sujeitos a uma procura alimentar cada vez mais exigente do ponto de vista sanitário e ambiental; assegurar a viabilidade económica daqueles sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas

e florestais que, não tendo condições de virem a ser competitivos, possam desempenhar funções relevantes do ponto de vista da gestão dos recursos solo, água e ar, da descarbonização da economia, da preservação (restauro) da biodiversidade e das paisagens agrícolas e de coesão económica e social das zonas rurais; incentivar a inovação e a internacionalização do sistema agroalimentar e florestal mundial. A concretização destes três grandes objetivos vai depender, no essencial, da promoção de um tecido empresarial agrícola e rural cada vez mais bem organizado, mais bem qualificado, mais dinâmico e mais inovador, o que irá exigir a adoção, na próxima década, de um conjunto coerente e eficaz de políticas e ações públicas no contexto, quer do Plano Estratégico da PAC (PEPAC), quer da Agenda da Inovação para a Agricultura Portuguesa.

Como avalia o Acordo Político da Reforma

da Política Agrícola Comum (PAC), recentemente alcançado, e que impactos são expectáveis com a reforma da PAC pós-2020?

Na opinião da AGRO.GES é globalmente positivo o acordo político da Reforma da PAC recentemente alcançado no contexto da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia 2021.

O orçamento agrícola da PAC irá ter, no seu conjunto, um ganho de 384 milhões de euros (mais 4,1%), que resultará de um reforço, quer dos Pagamentos Diretos (PDP) (mais 5,6%), quer do Desenvolvimento Rural (mais 4,9%).

Cerca de metade do conjunto das verbas do 1º e do 2º Pilares da PAC vai ter de ser, obrigatoriamente, destinada a medidas de política orientadas para o ambiente e o clima [Pagamentos Eco-regime (ER), Medidas Agroalimentares (MAA) e Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MZD)], o que possibilita uma maior ambição climática e territorial.

No que se refere em particular aos Açores, o reforço das verbas do 2º Pilar e a manutenção do orçamento do POSEI, bem como da autonomia regional na sua programação, poderão ser fatores importantes na promoção de um setor agrícola regional orientado para a qualidade das produções regionais, para a sustentabilidade económica e ambiental das suas explorações e um desenvolvimento territorial equilibrado.

Vai ser este, portanto, o grande desafio com que a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural irá ser confrontada no futuro próximo, quer no processo de elaboração das componentes regionais incluídas no PEPAC, quer na arquitetura do POSEI para os próximos anos.

Qual tem sido a relação da AGRO.GES com os Grupos de Ação Local (GAL) do país e dos Açores e que papel lhes atribui para o desenvolvimento das zonas rurais?

Nos últimos anos a AGRO.GES tem estado envolvida em diversos estudos e projetos no



âmbito da abordagem LEADER. Por um lado, apoiando os GAL na conceção de Estratégias de Desenvolvimento Local (ADELIAÇOR, LEADERSOR) e na sua avaliação (ADRAMA), bem como em projetos de cooperação (LEADERSOR, ADER-AL, Charneca). Por outro lado, abordamos com particular interesse esta temática no âmbito de diversos exercícios de avaliação de Programas de Desenvolvimento Rural realizados nos últimos anos, particularmente no continente e na Madeira. Na opinião da AGRO.GES, os GAL, enquanto planeadores, dinamizadores e executores

da abordagem LEADER ao nível local, têm um papel decisivo no desenvolvimento das regiões onde atuam. O seu conhecimento próximo e profundo dos territórios e dos seus agentes permite-lhes desenhar e implementar medidas de apoio ajustadas às particularidades e necessidades destes territórios.

No próximo período de programação a abordagem LEADER manterá a sua importância relativa em termos orçamentais. Consequentemente os GAL continuarão a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento dos territórios rurais.



PROJETOS EXEMPLARES



Tiago Parreira, nome conhecido do ténis nos Açores, estava, há muito, atento ao crescimento do padel no país. A atividade ganhava adeptos a olhos vistos e o número de praticantes multiplicava-se. Há uma explicação: a modalidade é cativante e quem a experimenta vai, provavelmente, continuar a jogar. Parecia óbvio, por isso, apostar no

padel também nos Açores. “Sempre achei que seria uma boa opção para a Região, nomeadamente para a Terceira, onde não havia nada semelhante. Em São Miguel sim, mas são investimentos explorados pelos municípios, de forma gratuita e sem controlo, o que gera algum descontentamento nos praticantes, até porque também não há atividades com-

INVESTIMENTO DE TIAGO PARREIRA

Padel cativa à primeira

plementares como aulas e torneios. Para mim era muito importante disponibilizar esses serviços e, portanto, avançando, teria de ser uma atividade organizada e cuidada”, afirma.

Tiago Parreira avançou, de facto. Desde outubro de 2020 que há, no Terceira Mar Hotel, dois campos de padel prontos a serem usados. Embora se trate de uma atividade recente, a procura já ultrapassou as expectativas. “Temos tido taxas de ocupação de 40%, o que é muito bom para quem começou há tão pouco tempo. Procuram-nos pessoas que não se reveem em ginásios e que não gostam de praticar desporto em espaços fechados. Aliás, neste tempo de pandemia esta é uma modalidade que faz sentido: não há contacto e é praticada com distanciamento”, explica.

Há outros fatores que explicam o interesse em torno do padel: a modalidade não é complexa, é de fácil aprendizagem, permite queimar muitas calorias – até porque é um jogo dinâmico – e tem uma componente social importante, porque

é praticada a pares.

Para que o padel ganhasse espaço na Terceira, Tiago Parreira decidiu recorrer à GRATER. A Associação de Desenvolvimento Regional participou, através do PRORURAL+, o projeto em 70% (porque permitiu a criação de um posto de trabalho), num montante de 37.566,03€. Foi, segundo o responsável, uma forma de minimizar o risco do investimento. “Sem o apoio seria difícil, principalmente numa Região onde as pessoas se habituaram a praticar desporto de forma gratuita – há, aqui, pouco desporto que é visto como um ‘negócio’. Esta ajuda veio atenuar o investimento inicial, numa modalidade que era nova. Por outro lado, permitiu-nos ter aqui uma pessoa a tempo inteiro. Queremos que isto corra bem, apostamos na qualidade e investimos em colaboradores com formação e que estão disponíveis para servir”, afirmou.

Uma coisa é certa: o padel chegou e promete continuar a ganhar adeptos na Terceira.

JUNTA DE FREGUESIA DE GUADALUPE

O jardim de Tomás da Cunha Picanço

Em agosto de 2019, no primeiro dia das festas em honra de Nossa Senhora de Guadalupe, foi inaugurado, na freguesia graciosense de que a santa é padroeira, o Jardim Tomás da Cunha Picanço. Embora idealizado dez anos antes pelo homem que o jardim homenageia, começou a ser edificado apenas em 2018, pela autarquia local, com o apoio da GRATER. Tomás da Cunha Picanço, o autarca que mais tempo esteve em funções nos Açores, sonhou o espaço uma década antes da sua inauguração. Queria construir um jardim em frente à igreja, junto ao Largo Padre Simões Borges, na freguesia de Guadalupe, na Graciosa. Chegou a adquirir o terreno, mas não viveu para ver o projeto ganhar forma.

Coube a Marco Silva, presidente da Junta de Freguesia, dar forma ao sonho do autarca que lhe antecedeu – e que foi eleito em janeiro de 1983, tendo cumprido oito mandatos.

Para a autarquia local, era importante não deixar cair o sonho e o projeto avançou, fintando todos os contratemplos. O jardim inclui um coreto, sanitários e camarins. É uma obra para a freguesia, mas também para quem vem de fora dela. “É um espaço muito importante para as nossas festas, por exemplo. Aqui podemos encontrar-nos, descansar... Há um coreto onde podem atuar os grupos. Toda a gente pode usufruir do lugar”, avança Marco Silva.

O projeto, candidato ao PRORURAL+, foi participado a



100%, tendo o investimento alcançado os 74.862,50€. Foi esse apoio que fez com que o sonho de Tomás da Cunha Picanço fosse

cumprido e a obra é agora ponto de paragem obrigatório para quem passa na freguesia de Guadalupe.

NOTÍCIAS

CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO BRÁS:

“GRATER é uma mais-valia para as IPSS”



O presidente da direção do Centro Comunitário de São Brás defendeu, no passado dia nove de junho, a importância da GRATER na prossecução dos objetivos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Fausto Dâmaso falava no webinar “LEADER: Desenvolvimento rural integrado para a coesão territorial”, no painel “Projetos de desenvolvimento local”.

“Eu penso que nós viveríamos muito pior, com muito mais dificuldades, se a GRATER e estes apoios não estivessem disponíveis, porque efetivamente têm sido uma mais-valia para as IPSS e para outras organizações, nomeadamente na ilha Terceira”, afirmou o responsável.

Fausto Dâmaso apresentou, na ocasião, os projetos do Centro

Comunitário de São Brás, candidatos aos instrumentos geridos pela Associação de Desenvolvimento Rural: as Casas de Acolhimento ao Idoso – duas residências que permitiram aumentar a capacidade de resposta da instituição ao nível do acolhimento sénior; a melhoria da eficiência energética do lar de idosos, através da compra e instalação de painéis solares, de uma bomba de calor e de um regulador de caudal; e o apoio à construção da sede, a Casa do Ginjão, no início dos anos 2000. “Estamos a falar de uma entidade que é fundamental para o desenvolvimento local e sem ela nem a minha, nem outras instituições teriam o privilégio de melhorar as condições dos nossos utentes e da nossa organização”, avançou o presidente da direção do Centro

Comunitário de São Brás.

O webinar contou com a presença, ainda, da Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, e de Isabel Carvalhais, deputada no Parlamento Europeu. No painel dedicado aos testemunhos dos impactos do LEADER falaram, para além de Fausto Dâmaso, Marco Noronha e Maria João Velloso, da Terra Bona – Enoturismo, e Luís Domingos, da Suberpinus. Na ocasião, foi lançada, também, a iniciativa “Desenvolvimento local em Portugal: uma história contada na primeira pessoa – testemunhos de 30 anos LEADER”, por José da Mota Alves, da ATAHCA, e Maria João Botelho, da APRODER. O encerramento do webinar ficou a cargo da presidente da Federação Minha Terra, Ana Paula Xavier.

CESE defende complementaridade da PAC com outras políticas

O CESE, Comité Económico e Social da União Europeia, alertou recentemente para a necessidade de complementar a Política Agrícola Comum (PAC) com outros instrumentos. No relatório de informação “Avaliação do impacto da PAC no desenvolvimento territorial das zonas rurais”, o organismo reconhece os seus benefícios, mas considera a importância de ir mais além na ligação a outras políticas.

A publicação revela que a PAC apresenta bons resultados em áreas como o combate ao despovoamento, a diversificação da economia das áreas rurais ou a criação de novos mecanismos de governança. Ficam claras, também, as insuficiências, nomeadamente quanto à resposta aos novos desafios da economia, do ambiente e da sociedade.

O CESE defende, por isso, a adoção de uma visão holística para o desenvolvimento rural e uma maior ligação e coerência da PAC com outras políticas, objetivos e metas, por forma a que a política seja capaz de responder aos novos desafios, de uma forma adaptada às novas realidades introduzidas pela pandemia (digitalização, teletrabalho, novas tecnologias e novas soluções).

Na publicação é ainda salientado o potencial da abordagem LEADER/DLBC, ainda que seja referida, também, a necessidade de um reforço dos recursos disponíveis e do seu melhor aproveitamento. O CESE considera, de resto, fundamental o envolvimento das organizações da sociedade civil para a adequada implementação das políticas e para a concretização dos objetivos das comunidades rurais.

GRATER recebe medalha de mérito da Praia da Vitória

FOTOGRAFIA CMPV

A GRATER recebeu, da Câmara Municipal da Praia da Vitória, a medalha de mérito pelo seu 25º aniversário. Nas celebrações dos 40 anos da cidade, a autarquia homenageou várias personalidades e instituições do concelho, entre elas a Associação de Desenvolvimento Rural.

Na ocasião, o presidente do mu-

nicipio, Tibério Dinis, endereçou uma mensagem aos homenageados, deixando “um agradecimento profundo a todos” pelo que têm desenvolvido e realizado em prol da cidade e do concelho. A GRATER, recorde-se, intervém nos três concelhos das ilhas Terceira e Graciosa, mas tem a sua sede na Praia da Vitória.



NOTÍCIAS

Inaugurados projetos apoiados pela Associação de Desenvolvimento Rural

A Casa do Camponês, edificada pela Junta de Freguesia do Cabo da Praia, e o projeto “São Sebastião interativo”, da Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião, duas iniciativas apoiadas pelo PRORURAL+, através da GRATER, foram inauguradas no passado mês de junho. A Associação de Desenvolvimento Rural esteve presente nos dois momentos.

No dia 10 de junho, abriu portas, formalmente, a Casa do Camponês. Trata-se de uma iniciativa que agrega várias valências: é espaço de lazer, núcleo museológico e quinta pedagógica. Segundo a presidente da autarquia local, Mónica Brum, pretende-se que o lugar possa contar a história da freguesia, mas também potenciar o contacto com os animais, com a natureza, com a terra e, assim, fazer a ponte entre o passado e o presente do Cabo da Praia. O projeto, candidato ao PRORURAL+ através da GRATER, foi apoiado a 100%, num investimento total de 66.892,27 euros, e está agora de portas abertas.

Já a iniciativa “Sebastião interativo”, apresentada no passado dia nove de junho, dia da Vila de São Sebastião, consiste na potenciação do turismo na freguesia. Assim, foi inaugurado um “mupi”, que integrou um projeto mais abrangente, também apoiado pela GRATER, no montante de 42.511,30 euros.



FOTOGRAFIA JF CABO DA PRAIA



FOTOGRAFIA JF SAO SEBASTIAO

Segundo a autarquia local, faltava, em São Sebastião, comunicar melhor o património histórico, cultural e natural da freguesia, daí a aposta na sinalética e na plataforma interativa que permitem divulgar e promover a oferta turística do lugar. No quiosque interativo já em funcionamento é possível aceder a informação sobre a organização da freguesia, o comércio local, os horários de

funcionamento dos serviços existentes, mapa com indicação dos locais de interesse, descritivos e fotos, indicação “está aqui” e de como chegar a cada um dos pontos indicados, informação sobre o que ver, onde comer, onde ficar e o que fazer, agenda de eventos e datas importantes, campanhas e promoções do comércio e entidades locais e informações de utilidade pública.

Quase 80% dos europeus concordam com os apoios específicos para as áreas rurais

A maioria dos europeus concorda com a existência de apoios específicos para as zonas rurais. A conclusão é do inquérito Eurobarómetro da Comissão Europeia sobre a Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais, realizado no passado mês de abril em todos os países da União Europeia e que recolheu mais de 25 mil respostas. Segundo esse documento, 79% dos europeus concordam com os apoios específicos para as áreas rurais e 65% consideram que a deci-

são sobre a implementação destes apoios deve estar ao nível local ou regional.

A falta de infraestruturas de transporte e conexões nos territórios rurais é, segundo o inquérito, o problema mais apontado pelos europeus (44% assinalaram esta resposta). A maioria dos inquiridos considera, ainda, que existem problemas ambientais nestes territórios que devem ser respondidos prontamente, sendo a “destruição de habitats, perda de animais e

espécies vegetais” considerado um desafio urgente por dois terços dos auscultados.

O documento demonstra, por outro lado, que a pandemia despertou um maior interesse pelo turismo em áreas rurais e que há um crescente número de pessoas a equacionar mudar-se para estes territórios. No que diz respeito à participação dos cidadãos, a maioria afirma que gostaria de ser mais envolvida nos processos de decisão ao nível local.

CURIOSIDADES do mundo rural

Um “fruto” com sabor a fim verão

A história diz que foi uma das primeiras plantas cultivadas pelo homem – e, também, uma das primeiras introduzidas nos Açores. A figueira, da família das Moraceae, existe em todas as ilhas do arquipélago e foi descrita por Gaspar Frutuoso no século XVI. Pensa-se que remonte ao início do povoamento, devendo estar relacionada com a origem estremenha, alentejana e algarvia de quem aqui primeiro habitou.

O facto é que, ainda hoje, a árvore oferece um dos “frutos” mais apreciados da época de veraneio. As aspas são propositadas – é que os figos não são frutos de facto: são sicónios, cavidades com um grande número de flores aromáticas e de sabor doce.

As árvores, que têm entre quatro a 14 metros de altura, vivem durante muito tempo e começam a produzir aos cinco/seis anos de existência, embora o máximo de produção seja atingido entre os 12 e os 15 anos. Para isso, precisam de condições favoráveis: adaptam-se a climas tropicais e subtropicais e a todo o tipo de solos (ainda que prefirm terras ricas e permeáveis), dão-se bem em temperaturas entre os 18 e os 19 graus, precisam de sol e de 600 a 700 mm de água por ano. A fertilização recomenda-se (estruume de porco e peru e aplicação de vermicomposto e farinha de peixe), para que os “frutos” possam, depois, ser colhidos, sobretudo no fim do verão, princípio do outono.

Até lá é inspirar o aroma que as figueiras deixam no ar, a marcar as melhores memórias das férias no tempo quente.

